

Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978

Sandra Reimão

Professora na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e pesquisadora – Produtividade em pesquisa do CNPq. Publicou os livros *Mercado Editorial Brasileiro* (ComArte/FAPESP, 1996) e *Livros e Televisão – correlações* (Ateliê, 2004).

Resumo: Este trabalho busca traçar um panorama inicial das fases de atuação da censura em relação a publicação e distribuição de livros no Brasil durante o Regime Militar.

Palavras chave: Brasil, censura, livros, Regime Militar

Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978

a) Cultura e censura no Brasil de 1964 a 1968. Observações gerais.

O golpe militar de 31 de março de 1964 (ou “a quartelada que se denomina revolução”¹) ocorreu após um período de vinte anos de democracia. Neste período pré-1964 consolidou-se no país uma reflexão social presente em boa parte do conjunto das atividades culturais e artísticas nacionais.

Ao assumirem o governo federal “a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo”, os militares, “para surpresa de todos” não investiram contra esta produção cultural de esquerda. Assim entre 1964 e 1969 a característica marcante do panorama cultural brasileiro foi o de uma paradoxal convivência de uma ditadura de direita com uma ampla presença de produções culturais de esquerda – como disse Roberto Schwarz no clássico estudo “Cultura e política 1964-1969”: “Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”.² É a este período que Elio Gaspari denomina “ditadura envergonhada” e que outros chamavam, ironicamente, de “ditabranda”.³

Assim durante os primeiros quatro anos do Regime Militar conviviam um governo “de direita” e a presença, nas telas de cinema, nos teatros, nos shows e nas livrarias, de várias obras que faziam críticas a este mesmo regime.

Em 21 de maio de 1964, uma equipe liderada por Millôr Fernandes, lançou a revista Pif-Paf. Como caracterizou Jânio de Freitas, “O Pif-Paf em revista foi a primeira iniciativa editorial de resistência ao arbítrio do regime policialesco (...) Ou, como dizia a própria

¹ Como disse Edmundo Moniz em 29/05/1964. Ver “Apêndice” à edição de 2004 de *O ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony.

² No livro *Pai de Família e outros estudos*, p. 62. Também são deste texto as citações no início do parágrafo.

³ *A ditadura envergonhada* é o título do primeiro volume da série de livros de Elio Gaspari sobre o ciclo militar no Brasil. Este primeiro volume aborda os anos de 1964 a 1968. A expressão “ditabranda” pode ser encontrada, entre outros, no livro de Inimá Simões, *Roteiro da Intolerância*, p. 78.

revista ‘Em todos os números do Pif Paf falaremos da Liberdade. É um assunto que nos tem presos.’”⁴

Em julho de 1964 o lançamento de *O ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony, também se transformou em um ato de resistência “além de ter batido o recorde de frequência para uma noite de autógrafos, assinando 1600 exemplares, viu a primeira edição esgotar-se em poucas semanas”.⁵

Em 1965, logo em seguida à publicação de *O ato e o fato*, Nelson Werneck Sodré, em um artigo publicado na revista *Civilização Brasileira* número 1, comentava que as crônicas de Cony, reunidas em livro, “encontraram repercussão enorme”.⁶ No mesmo artigo, o autor enfatiza que “a crônica, no Brasil, ganhou, na imprensa, um lugar específico: alguns de nossos melhores escritores freqüentam o gênero”.

No que tange às obras de ficção, três romances publicados entre 1964 e 1968 se destacam por serem analíticos e críticos ao sistema vigente: *Quarup*, de Antonio Callado, *Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo e *Pessach, a travessia*, de Carlos Heitor Cony, o primeiro e o último foram publicados pela Editora Civilização Brasileira e o livro de Érico Veríssimo pela Editora Globo de Porto Alegre. Podemos alinhar a estes títulos muitos outros de perfil semelhante do ponto de vista do caráter de crítica ao momento histórico, entre os quais: *Depois do sol*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Veranico de janeiro*, de Bernardo Ellis, *Noite contra a noite*, de José Conde e *A noite sem homem*, de Orígenes Lessa, todos lançados depois do Golpe Militar e antes da edição do AI-5.

A estratégia básica do governo militar, no que tange à circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, foi, como salientou R. Schwarz, a de “preservar a produção cultural” mas “liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa”.⁷

Fique claro que não podemos considerar a farta produção cultural engajada politicamente durante o período pós-1964 como uma afirmação de que a censura incentivaria a criatividade; o que aconteceu foi o exato contrário: “o movimento cultural destes anos é uma espécie de floração tardia, fruto de dois decênios de democratização”, como disse Roberto Schwarz.

Na realidade, entre 1964 e 1968, entre o Golpe Militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensão, confisco e coerção física. “As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado *subversivo*, contra o Regime, ou *pornográfico*, contra a família e os costumes”.⁸ Um editorial do *Jornal do Brasil* de 22 de janeiro de 1966 reclamava da falta de critérios nas apreensões de livros que estavam transformando estas ações em “peças modelares da ignorância”.⁹

⁴ Encarte à edição fac-similada da coleção *Pif Paf* quarenta anos depois.

⁵ Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 143.

⁶ Sodré, N. Werneck, “Prosa brasileira em 1964: balanço literário”. Revista *Civilização Brasileira*, número 1, pp. 159-60. Para a continuação do parágrafo, ver p. 158.

⁷ Schwarz, R., “Cultura e política 1964-1969” no livro *Pai de Família e outros estudos*, p. 63.

⁸ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar e militarização das artes*, p.215.

⁹ *Apud*, Stephanou, A., *Censura no Regime Militar ...*, p. 214.

O presidente Castello Branco “procurava assegurar a liberdade de expressão, respeitando a imprensa estabelecida e as manifestações culturais”¹⁰, mas pouco fazia contra grupos de extrema direita que executavam violentas ações anticomunistas. “Todo o esforço que o grupo moderado de Castello Branco fazia para apresentar ao mundo um regime militar diferenciado das *Banana Republics*, respeitoso portanto em relação às instituições, sumia a cada intervenção desastrosa desses militares, chamados ‘gorilas’ pela esquerda”.¹¹

O alvo predileto desta atuação aleatória das forças de repressão no que tange à apreensão, coação e censura de livros entre 1964 e 1968 foi o editor Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, editora combativa que “entre 1961 e 1964 publicou um livro novo cada dia útil”, segundo Elio Gaspari.¹² O próprio Ênio Silveira afirmou que chegou a publicar “Um livro e meio por dia, útil ou não, quer dizer 45 livros por mês”.¹³ Ênio Silveira foi preso várias vezes, processado outras tantas e viu a Editora Civilização Brasileira ser invadida e sua produção editorial apreendida.

Quando Ênio Silveira foi preso em maio de 1965, sua prisão provocou um manifesto assinado por cerca de mil pessoas ligadas à produção cultural. Ênio Silveira ficou detido nove dias, sob a acusação formal de ter escondido o ex-governador Miguel Arraes de Pernambuco, deposto pelo Regime Militar. “A prisão, determinada pelo Coronel-Intendente Gerson de Pina, objetivava intimidar o editor”.¹⁴ Antes disso, em junho de 1964, a editora já havia sido alvo de uma perícia para verificar se havia em seu capital dinheiro do governo deposto ou de algum organismo internacional “de esquerda”.

Elio Gaspari descreve assim a reação do então presidente Castello Branco ao episódio da prisão de Ênio Silveira em maio de 1965: “Castello (...) mandou ao general Ernesto Geisel quatro folhas de bloco manuscritas tratando do assunto (...). Dizia o presidente ao seu Chefe de Gabinete Militar: ‘Por que a prisão do Ênio? Só para depôr? A repercussão é contrária a nós (...) Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural’. Elio Gaspari esclarece-nos que a expressão “terrorismo cultural” foi criada por Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) e era “ridicularizada pelo governo e pelos intelectuais que o apoiavam”.¹⁵

Em um corajoso e claro ato de resistência ao Governo Militar, em maio de 1966, a Editora Civilização Brasileira impetrou mandado de Segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública questionando as várias ações confiscatórias de livros. Estes confiscos eram feitos sem bases legais, sem inquéritos policiais. A Editora Civilização Brasileira, em seu Mandado de Segurança contra o DFSP inicia questionando a legalidade de tais procedimentos: “Trata-se de saber se o governo tem o arbítrio de apreender os livros que bem entende, sob ridículos pretextos, como se não houvesse leis no País (...) trata-se de saber, em suma, se estão com razão os que afirmam que a revolução de 1964 inaugurou no país uma época de arbítrio, de intolerância, de prepotência e de opressão”.¹⁶

O Mandado afirma que poder-se-ia deduzir que houve três grupos de livros apreendidos: 1) “os que foram apreendidos por equívoco” - por falsa indução em relação

¹⁰ Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 229.

¹¹ Simões, I., *Roteiro da Intolerância*, p. 87.

¹² Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 383

¹³ Ferreira, J. P. (org.). *Editando o Editor. Ênio Silveira*. SP, ComArte/ Edusp, 2003, 1^a. reimp., p. 105.

¹⁴ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar...*, p. 227. Para o restante do parágrafo, ver p. 226.

¹⁵ Ver: Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, pp. 231, e 96-7 e 220.

¹⁶ Há uma reprodução integral do mesmo na revista *Civilização Brasileira*, no. 9/10, set./nov. 1966, p.291-7.

devido ao título ou as ilustrações; 2) “os que foram apreendidos porque se referem ao marxismo e 3) “os que foram apreendidos porque se referem à revolução de abril ou a políticos por esta perseguidos”. Quanto ao segundo grupo, o Mandado afirma que “tais livros circulam em todos os países democráticos do mundo ocidental”; quanto àquele grupo de livros que teriam sido considerados como denegridores da Revolução de 1964 o Mandado indaga – “a Revolução de Março não pode ser objeto da crítica? Trata-se de um culto religioso profanado por fiéis? (...) É evidente que tais livros não constituem crime algum, mas apenas uma crítica incômoda e desagradável, que os responsáveis pela revolução, que chamam *democrática*, não poderiam suportar”. Neste último grupo estariam *Primeiro de abril*, de Mário Lago, *O Golpe de Abril*, de Edmundo Moniz, *O golpe começou em Washington*, de Edmar Morel, e *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.

Depois de apresentar uma série de argumentos sobre a ilegalidade do ato de apreensão de livros, por fim o Mandado conclui: “a digna autoridade (que fez as apreensões) procura justificar-se com a simples alegação de que as obras são subversivas. Tal alegação não só não está acompanhada por qualquer elemento de convicção, como pode facilmente ser desmentida por qualquer pessoa de rudimentar inteligência e cultura, que tenha lido os livros apreendidos”.

Muitos anos mais tarde, Ênio Silveira rememora assim estas apreensões: “Ao todo eles apreenderam mais de trinta títulos nossos, só isso já basta para dar uma dimensão terrível em termos empresariais. Eles invadiam nosso depósito, iam às livrarias, recolhiam livros e sumiam com eles. Movi uma ação contra o governo (...), mas aí eles vêm com aquele argumento de que houve uma anistia recíproca. Não estou anistiando ninguém (...) Foi um período terrível. Nós éramos atacados de todas as maneiras possíveis e imagináveis, cerceados: intimidação a livreiros e gráficos, apreensão de livros”.¹⁷

Outro episódio de terrorismo cultural de direita entre 1964 e 1968 em relação ao mundo editorial que não pode deixar de ser mencionado é a série das ações do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que “organizou pessoalmente o expurgo de bibliotecas, queimou livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro”.¹⁸ Flávio Suplicy de Lacerda foi, segundo Elio Gaspari, “o mais catastrófico dos ministros da Educação na história da pedagogia nacional”.¹⁹

Entre as ações “destrambelhadas” da direita para intimidar aos que eles chamavam “comunistas” algumas atingiram o nível do folclore e estabeleceram-se como exemplos paradigmáticos daquilo que o *Jornal do Comércio* chamou de “peças modelares da ignorância”, entre elas, no mundo editorial pode-se citar a apreensão, em uma feira de livros em Niterói, de exemplares da encíclica *Mater et magistra*, do papa João XXIII.²⁰

Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo de Sérgio Porto, captava e transcrevia, com humor estas ações “destrambelhadas” da direita tanto em suas crônicas no jornal *Última Hora* quanto em seus livros. Seus *FEBEAPAS - Festival de Besteira que Assola o País* – 1 e 2, respectivamente de 1966 e 1967, mostravam essas incongruências absurdas. Nas

¹⁷ Ferreira, J. P. (org.). *Editando o Editor. Ênio Silveira*. SP, p. 71.

¹⁸ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar ...*, p. 223

¹⁹ Gaspari, E., *A ditadura envergonhada...*, p. 225.

²⁰ Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 221.

crônicas de Stanislaw, disse Werneck Sodré, “sob a irreverência e a malícia, há muito mais seriedade e profundidade do que em geral se julga”.²¹

No ano de 1968 o terrorismo de direita provocou, segundo os cálculos de Elio Gaspari, dezessete atentados, catorze explosões e um assalto à banco.²² Editoras e livrarias estavam entre os alvos. Foram atingidas a Editora Tempo Brasileiro, a Editora Civilização Brasileira e a Livraria Forense²³.

Embora o universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo de direita, não houve nos primeiros anos após o golpe Militar de 1964 a estruturação de um sistema único de censura a livros. Essa ausência de uma regulamentação censória em relação a livros faz com que entre os *best-sellers* de 1968 constem, por exemplo, clássicos do pensamento nacional de esquerda, como *Um projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, e clássicos internacionais da literatura erótica, como *Kama Sutra*, literatura hindu de fisiologia e moral sexual, *Filosofia na Alcova*, o Marquês de Sade e *Minha vida, meus amores*, de Henry Spencer Ashbee, relato autobiográfico de um colecionador de arte erótica²⁴.

Observando a complexa e bizarra convivência entre uma ditadura de direita e um mercado editorial razoavelmente “solto”, apesar de vítima de vandalismos, o crítico norte-americano Malcolm Silverman, em *Protesto e o novo romance brasileiro*, comenta: “Reconhecidamente, a influência do escritor sobre a opinião pública era minguada e insignificante. Já se calculou que, em todo o Brasil há apenas sessenta mil leitores de ficção, ou menos do que 0,05% da população! Muitos destes leitores, talvez a maioria, preferem (...) biografias e memórias, os *best-sellers* americanos ou europeus traduzidos e as coletâneas (...) descomplicadas”. E conclui: “Não deveria ser nenhuma surpresa, portanto, que a literatura socialmente engajada (...) permanecesse largamente isenta de censura, embora não de cooptação, nos anos seguintes a 1964; e mesmo após 1968, quando o AI-5 foi promulgado, continuasse livre de interferência direta”.²⁵

b)A censura durante a vigência do AI-5 (1968 a 1978).

Em maio de 1961 o então presidente Jânio Quadros concedera aos Estados o direito de exercer a censura. Isso simultaneamente à legislação que, desde 1946, dava à Polícia Federal a responsabilidade de realizar a censura prévia a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral. “O decreto gerou uma confusão de poderes (...) alguns filmes eram proibidos em São Paulo, e liberados na Guanabara, e vice-versa. Resultado: uma guerra de liminares, mandados de segurança...”.²⁶

Em abril de 1965 foi inaugurado um novo prédio para o Departamento Federal de Segurança Pública, onde atuaria o Serviço de Censura e Diversões Públicas - SCDP, em Brasília. Essa edificação indica o desejo do governo federal de centralizar as atividades censórias. “Legalmente, a censura era jurisdição do Departamento de Polícia Federal; na

²¹ Sodré, N. Werneck, “Prosa brasileira em 1964: balanço literário”. Revista *Civilização Brasileira*, no. 1, p.159.

²² Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 328.

²³ Ver, Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 301.

²⁴ Ver Reimão, S., *Mercado editorial brasileiro*, pp. 43 - 50.

²⁵ Silverman, M., *Protesto e o novo romance brasileiro*, pp. 32-3.

²⁶ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar ...*,p.269. Para início do parágrafo, ver p. 261.

prática, todos os órgãos militares de segurança se achavam no direito de proibir (...) diferentes autoridades, dos mais altos postos ao simples funcionário público, buscavam vetar produções culturais ou artísticas”.²⁷ A Constituição de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do Governo Federal, em Brasília. A lei número 5.536 de 1968 inclui novelas televisivas no conjunto do material a ser examinado pelo Conselho Superior de Censura.²⁸

Quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizada no Governo Federal.

Antecederam à decretação do AI-5, no Rio de Janeiro, duas grandes manifestações públicas contra as arbitrariedades do Regime Militar: a manifestação “Cultura contra Censura”, em fevereiro de 1968 que reuniu membros da classe teatral para manifestarem sua indignação contra a proibição da encenação de oito peças²⁹ e, alguns meses mais tarde, aquela que ficou conhecida como “A Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968.³⁰

Sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Em nome da “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”,³¹ o presidente Costa e Silva edita o Ato Institucional número 5 – AI-5. A edição deste ato tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos, suspender garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas. Começam aí os chamados “anos de chumbo” ou, para usarmos a nomenclatura utilizada por Elio Gaspari, a “ditadura escancarada”.

Nas memórias de Zuenir Ventura expressas no livro *1968, o ano que não terminou*, no início de 1968 não se poderia supor que se iniciaria aí um dos períodos mais obscuros da história recente do país: “Com algum otimismo, encontravam-se boas razões para se esperar um feliz 68. A efervescência criativa de 67 não era por certo mau sinal. *Terra em transe, Quarup, o Tropicalismo, Alegria, alegria, O rei da vela*, talvez fossem só o começo. Além do mais, o movimento estudantil (...) vinha se reorganizando (...)”.³² Outro dos momentos privilegiados de 1967 foi o “Festival Record de Música Popular Brasileira”. Naquele Festival os vencedores foram: *Ponteio*, de Edu Lobo (1º lugar) e *Roda Viva*, de Chico Buarque (3º lugar) e *Domingo no Parque*, de Gilberto Gil, e *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso (2º e 4º lugares, respectivamente) – as duas últimas podendo ser consideradas “certidões de nascimento” do Tropicalismo musical.

No dia 1º de janeiro de 1969 o Presidente Costa e Silva explicou, por transmissões televisivas e radiofônicas, a necessidade do AI-5 para manutenção da ordem e da segurança. “Quinze dias depois cassava 38 mandatos legislativos e suspendia por dez anos os direitos políticos de 28 deputados federais, dois senadores e um vereador. Determinou ainda a aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal e de um do Supremo Tribunal Militar, além da suspensão dos direitos políticos da diretora do matutino carioca *Correio da Manhã*; dois meses depois assinava a cassação de mais 95 parlamentares”³³.

²⁷ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar ...*, p. 293. Para o início deste parágrafo, ver p.244.

²⁸ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar ...*, p. 240.

²⁹ Castro, R., *O anjo pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues*, p.370.

³⁰ Ver, Ventura, Z. *1968, o ano que não terminou*, pp.155-165.

³¹ *Consideranda* do AI-5

³² Ventura, Z. *1968, o ano que não terminou*, pp.19-20.

³³ Revista *Visão*, 11 de março de 1974, especial “Assim se passaram dez anos”, p. 46.

Em 1º de setembro de 1969, nove meses depois do pronunciamento do Presidente Costa e Silva acima referido, estreou pela Rede Globo de Televisão o *Jornal Nacional* que em pouco tempo se transformaria no “principal e, na maioria dos casos, único meio de informação dos brasileiros, sua ponte com o País e o mundo”.³⁴ Nesta estréia houve uma rigorosa censura a respeito do estado de saúde do Presidente Costa e Silva. O *Jornal Nacional* dizia que o Presidente “passou bem a noite e está em recuperação” enquanto de fato ele estava prostrado na cama e paraplégico e uma Junta Militar assumira o poder³⁵ e governaria o país por dois meses.

O ano de 1969 foi um ano de “cassações em massa, rígido controle dos movimentos operários e estudantis, recrudescimento da censura, instituição da pena de morte e prisão perpétua para crimes políticos e inauguração, no país, da prática de seqüestros por parte de guerrilheiros urbanos. (...) As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional (...) tiveram de deixar o país”.³⁶

Não é possível precisar o número de prisões que se seguiram à decretação do AI-5. Zuenir Ventura estima algo em torno de algumas centenas de pessoas efetivamente presas: “algumas centenas de intelectuais, estudantes, artistas, jornalistas (...) recolhidos às celas do DOPS, da PM e aos vários quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em todo o país”.³⁷

Em 12 de dezembro de 1968, o general Jayme Portella de Mello “determinou a polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo”.³⁸ Em Brasília, foi preso o jornalista Carlos Castello Branco; no Rio de Janeiro, Osvaldo Peralva, diretor do jornal *Correio da manhã*³⁹ também foi preso. Em 13 de dezembro de 1968, os encarregados da censura invadiram as redações e realizaram uma *blitz* geral. As prisões da véspera “foram atos de violência destinados muito mais a garantir o sucesso do golpe do que a assegurar a permanência do regime”.

A partir de 13 de dezembro houve fortes intervenções da censura no jornal *O Estado de S. Paulo* – sendo que entre 1972 e 1975 censores foram instalados diretamente na redação.⁴⁰

A revista *Veja* também foi informada, em dezembro de 1969, que, semanalmente, deveria submeter um exemplar impresso para exame por um determinado militar, que liberaria ou suspenderia a circulação daquela edição.⁴¹

Correlatamente a censura à imprensa, floresceu a chamada imprensa alternativa, ou nanica. “Os dois semanários impressos em papel jornal que mais se destacavam, *O Pasquim* e *Opinião* (...), vendiam em torno de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas. Era uma circulação superior às das revistas *Veja* e *Manchete* somadas”.⁴²

³⁴ Silva, C. E. Lins da. *Muito Além do Jardim Botânico*, p. 38.

³⁵ Ver: Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 105.

³⁶ Revista *Visão*, 11 de março de 1974, especial “Assim se passaram dez anos”, p. 46.

³⁷ Ventura, Z. *1968, o ano que não terminou*, p. 290.

³⁸ Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 211. Idem para a continuação do parágrafo.

³⁹ Em setembro de 1969, por falta de outras opções, a proprietária do jornal, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, se viu forçada a ceder o controle do jornal e arrendá-lo a um empreiteiro. Ver Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 214-5.

⁴⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo* 31/03/2004, p. H8. Caderno Especial “Março de 64”.

⁴¹ Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 169.

⁴² Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 219.

Aos poucos, a presença de censores nas redações foi retirada da maioria dos jornais e o controle foi exercido mais diretamente sobre os proprietários dos veículos de comunicação. “A mordaza imposta à imprensa a partir de dezembro de 1968 era confusa, onipotente e errática. Passada a blitz do AI-5, os censores foram dispensados, a tesoura foi instrumentalizada através de sucessivos encontros de autoridades com proprietários de empresas jornalísticas. Criou-se, assim, uma rotina de comunicações entre a Censura e as empresas, quase sempre informal, telefônica”.⁴³ Mas, só se pode dizer que houve o fim da censura prévia à imprensa em junho de 1978, quando os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* (da Arquidiocese de São Paulo) e *Movimento* foram finalmente liberados deste ritual.⁴⁴

Em 13 de outubro de 1978 foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional número 11 que revogava, a partir de 1º de janeiro de 1979, o AI-5.

Nos dez anos de vigência do AI-5 (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), segundo estimativas apresentadas por Zuenir Ventura, foram atingidos diretamente e explicitamente por este Ato com punições – como cassação, suspensão direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público - 1607 cidadãos.⁴⁵ No que tange ao cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura, “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revista, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas”.⁴⁶

A censura à imprensa, durante os dez anos de vigência do AI-5 faz com que este seja “o mais prolongado período de censura da história do Brasil independente”.⁴⁷

Os anos do ciclo militar conheceram avanços e recuos, “sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas”. Pelo menos três fases deste processo são bastante distintas: “De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. (...) de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou a sair”.⁴⁸

Antes mesmo de assumir a Presidência, em 1974, o presidente Ernesto Geisel, já falara em restabelecer a ordem e em seu projeto de uma “lenta, gradativa e segura distensão”.⁴⁹ Segundo Thomas Skidmore “o fim do período Geisel não era de modo algum certo”. “Quando Geisel finalmente assumiu a presidência em 1974, poucos membros do público, mesmo os mais bem informados, poderiam ter previsto o desenlace (...) Durante o primeiro ano de Geisel, a ferocidade da linha dura só se intensificou (...) Embora ele não desaprovasse, por princípio, medidas repressivas, ele queria acabar com elas em seu próprio

⁴³ Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 218.

⁴⁴ Cotta, P., *Calandra. O sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, p. 144.

⁴⁵ Estimativa citada na matéria “Março de 64 - durante” publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 31/03/2004, p.H3, fala em números bem maiores: “Entre 1964 e 1985 (...) foram cassados – estima-se que em torno de 3.500 pessoas – exilados, presos, torturados e mortos”.

⁴⁶ Ventura, Z. *1968, o ano que não terminou*, p. 285.

⁴⁷ Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 218.

⁴⁸ Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 129. Idem para acitação no início do parágrafo.

⁴⁹ Ver: Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 26.

mandato”.⁵⁰ Geisel, o único dos presidentes pós-AI-5 que “não fez a promessa (de restaurar as franquias democráticas), acabou com a ditadura”.⁵¹

Não se pode esquecer que durante os chamados anos de chumbo (1969-1974), “o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais”, o Brasil vivia altas e inéditas taxas de crescimento econômico e um regime de pleno emprego – era o chamado Milagre Brasileiro. “O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se”.⁵²

Entre 1970 e 1973 o Brasil, sob a presidência de Médici, “viveu o clima do Brasil ‘grande potência’, a política do ‘desenvolvimento acelerado’. A classe média passa a ter acesso a eletrodomésticos, a comprar em supermercados e *shopping centers*, para onde vai de carro próprio. À noite assiste-se televisão – 80% dos lares urbanos possuem o aparelho”.⁵³ Nestes anos iniciais da década de 1970, o Produto Interno Bruto cresceu anualmente 11,3% e o produto industrial a 12,7%.⁵⁴ Essas taxas começam a decair a partir de 1974 e inicia-se um processo de desaceleração da economia, entre outros motivos, pelo fator exógeno do primeiro choque do petróleo.

Durante o “Milagre Brasileiro”, entretanto, como observou Elio Gaspari, “ao êxito econômico não correspondeu progresso político algum. Pelo contrário, entendeu-se que a ditadura era, se não a causa, indiscutivelmente a garantia da prosperidade. O controle da imprensa desempenhou um papel essencial na cantata desse ‘Brasil Grande’ e na supressão dos conflitos que abrigava”.⁵⁵

Os anos do ciclo militar variavam entre “avanço” e “recuos”, entre “maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas”⁵⁶ e essas variações repercutiam nas ações da censura em relação à produção cultural.

A censura prévia, já anteriormente regulamentada para cinema, televisão, teatro, espetáculos públicos, música e rádio, e prática presente em várias revistas e jornais impressos, se expandiu e para a totalidade do mercado editorial depois da centralização do Serviço de Censura e Diversões Públicas - SCDP, em Brasília.

Para livros, a censura prévia, regulamentada pelo Decreto-lei 1077/70⁵⁷ assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, atribuindo esta função ao Ministério da Justiça, revelou-se, na prática, algo inexecutável. Uma matéria da revista *Visão* de 11 de março de 1974, quando ainda estava em vigor esta regulamentação, salienta esta impossibilidade técnica: “só em 1971 foram lançados no Brasil 9.950 títulos novos, que exigiriam um número incalculável de censores”.⁵⁸ O conjunto de pessoas atuando como censores federais passou de 16 funcionários em 1967 para 240 ao final do Regime Militar⁵⁹ – mas mesmo com este inchaço, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era

⁵⁰ Skidmore, T., “Capítulo de uma queda articulada”, *Jornal O Estado de S. Paulo*, 23/11/2003, D5.

⁵¹ Gaspari, E., *A ditadura envergonhada*, p. 35.

⁵² Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 13.

⁵³ Reimão, S., *Mercado editorial brasileiro*, p. 56.

⁵⁴ Ver: Pereira, L.C. B., *Desenvolvimento e Crise no Brasil. 1930-1983*, p. 218.

⁵⁵ Gaspari, E., *A ditadura escancarada*, p. 210.

⁵⁶ Expressão, já citada anteriormente, de Elio Gaspari em *A ditadura envergonhada*, p. 129.

⁵⁷ Esse Decreto-lei regulamentava a censura prévia para jornais, livros e periódicos. Na prática, os jornais e periódicos já estavam censurados há muitos anos. Ver: revista *Veja*, 29/12/1976, p. 82.

⁵⁸ Revista *Visão*, 11/03/1974, especial “Assim se passaram dez anos”, p. 150.

⁵⁹ Stephanou, A., *Censura no Regime Militar ...*, p. 246

algo, na prática, não executável. Assim sendo, a maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se, na prática, por denúncias.

Nos primeira metade da década de 1970, no chamado “Milagre Brasileiro”, a edição de livros cresceu em número de títulos editados e também em número de exemplares. Em 1972, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a barreira de um livro por habitante ao ano. Em 1972 a população brasileira era de 98 milhões de habitantes e foram produzidos 136 milhões de livros – 1,3 livro por habitante. Para entender esse crescimento é preciso levar em conta, entre outros indicadores básicos, a queda da taxa de analfabetismo de 39% para 29% na população com mais de cinco anos de idade, entre os anos de 1970 e 1980.⁶⁰

Na prática, a censura a livros dava-se, segundo uma descrição publicada na revista *Veja* de 29/12/1976, da seguinte forma: “Alguém que tenha lido um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão.(...) A tarefa passa a seguir para a Polícia Federal que deve providenciar o recolhimento dos exemplares à venda”.⁶¹ Apesar dos censores trabalharem, no que tange a censura de livros, respondendo a denúncias, mesmo assim, continua a descrição da revista *Veja*, “as superintendências regionais da Polícia Federal costumam receber livros para censura prévia, de editoras que temem uma apreensão posterior à publicação”.

Os dados gerais sobre a ação da censura a livros neste período são conflitantes. Zuenir Ventura, em *1968 o ano que não terminou*, indica, como já citamos, que entre 1968 e 1978 foram censurados 200 livros; um levantamento realizado pela equipe de pesquisadores do Centro Cultural São Paulo e publicada no livro *Cronologia das Artes em São Paulo - 1975-1995* –, volume 1 – *Quadro Brasil*, indica, esses mesmos números.⁶²

A Constituição de 1988 estabeleceu, na área cultural, o fim das censura às artes e aos meios de comunicação. Os livros que não tinham sido ainda liberados foram automaticamente⁶³ pois na Constituição de 1988 está escrito, no inciso IX do artigo 5º. “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; no mesmo sentido, no parágrafo 2º. do artigo 220, no capítulo reservado à comunicação social, afirma-se: “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”

Bibliografia

- Brito, Antonio Carlos de e Holanda, Heloisa Buarque de. “Literatura: Nosso verso de pé-quebrado”. In : Revista *Argumento*, ano 1, número 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- Caldas, Waldenyr. *Literatura da cultura de massa*. São Paulo, Musa Ed., 2000.
- Candido, Antonio. “A literatura brasileira em 1972”. In: *Arte em Revista*, ano 1, número 1, São Paulo, CEAC – Centro de Estudos de Arte Contemporânea, janeiro-março 1979.

⁶⁰ Reimão, S. *Mercado editorial brasileiro*, pp. 59-61 a partir de dados extraídos dos *Anuários Estáticos do Brasil e Censos Demográficos* do IBGE.

⁶¹ Revista *Veja*, 29/12/1976, p.82.

⁶² *Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995*, Volume I – Quadro Brasil, p. 41.

⁶³ *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, entretanto, por uma questão de instância jurídica do recurso impetrado pelo autor, ainda demorou algum tempo para ser liberado. Ver: Silva, D. da, *Nos bastidores da censura*, p. 46.

- Candido, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 3ª ed., 1973.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002.
- Caparelli, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo, Summus, 3ª ed., 1996.
- Caparelli, Sérgio. *Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai* (1964-1984). Porto Alegre, EDUFRGS, 1989.
- Cotta, Pery. *Calandra. O sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. RJ, Bertrand Brasil, 1997.
- Fernandes, Ismael. *Memória da telenovela brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 4ª ed., 1997.
- Ferreira, J. P. (org.). *Editando o Editor. Enio Silveira*. São Paulo, ComArte/ Edusp, 1ª reimpressão, 2003.
- Franco, Renato. "Imagens da revolução no romance pós-64" In: Segatto, José Antonio e Baldan, U., *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo, Unesp, 1999.
- Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada, A ditadura escancarada, A ditadura derrotada e A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003 e 2004.
- Hallewell, Laurence. *O livro no Brasil (Sua História)*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1985.
- Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta Ed., 1991.
- Marconi, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo, Global, 1980.
- Pereira, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época. Poesia marginal. Anos 70*. Rio de Janeiro, Funarte, 1981.
- Pereira, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil. 1930-1983*. São Paulo, Brasiliense, 14ª ed., 1985.
- Reali, Erilde Melillo. *O duplo signo de Zero*. Rio de Janeiro, Brasília/Rio, 1976.
- Pif Paf*, edição fac-similada da coleção *PifPaf – 40 anos depois*. Rio de Janeiro, Argumento, 2005.
- Reimão, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo, ComArte, FAPESP, 1996.
- Schwarz, Roberto. "Cultura e política 1964-1969". In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978. (Nova edição Paz e Terra/ Secretaria de Estado da Cultura, 1992)
- Silva, Deonísio da. *Nos bastidores da censura. Sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo, Liberdade, 1989.
- Silverman, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed., 2000.
- Simões, Inimá. *Roteiro da Intolerância*. São Paulo, Ed. Senac/ Ed. Terceiro Nome, 1998.
- Stephanou, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- Vários. *Cadernos de literatura brasileira*. Número 11- Ignácio de Loyola Brandão. São Paulo, Instituto Moreira Salles, junho 2001.
- Vários - Revista *Veja* – edição de 26 de dezembro de 1979.
- Vários - Revista *Visão* - edição de 11 de março de 1974.
- Vários - Jornal *O Estado de S. Paulo*, 32/03/2004. Caderno Especial "Março de 64".
- Vários - Revista *Civilização Brasileira*, RJ, Ed. Civilização Brasileira, números 1 a 22, 1964 a 1968.
- Vários- *Coleção Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995*. São Paulo, Centro Cultural São Paulo, 5 volumes, 1996.
- Ventura, Zuenir. *1968 O ano que não terminou. A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 17ª Ed., 1988.
- Vieira, Luiz Roberto. *Consagrados e malditos – os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília, EdUnb, 1996.
- Xavier, Ismail. *O olhar e a cena*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.